



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	45

PARTE I – PARTE GERAL

1 – CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1.1. Objetivo e natureza do direito processual civil.....	51
1.2. Direito processual civil constitucional.....	52
1.3. Ciência processual, formalismo e realização do direito material.....	53

2 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2.1. Fontes tradicionais e a evolução do direito processual civil.....	55
2.2. A lei processual, a Constituição e os tratados internacionais.....	56
2.3. Os costumes.....	58
2.4. A doutrina.....	58
2.5. A jurisprudência.....	58

3 – NORMAS FUNDAMENTAIS

3.1. O modelo constitucional e o sentido das normas fundamentais.....	61
3.2. O acesso à tutela jurisdicional adequada.....	62
3.3. A razoável duração do processo, a primazia do mérito e a satisfação do direito material.....	63
3.4. A boa-fé objetiva.....	66
3.5. A cooperação processual.....	68
3.6. Isonomia e paridade processual.....	70
3.7. Proporcionalidade, razoabilidade, legalidade e eficiência.....	71
3.8. Contraditório efetivo.....	72
3.9. Publicidade e motivação.....	75
3.10. Ordem cronológica.....	76

4 – PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL

4.1. A importância dos princípios.....	79
4.2. Princípio do acesso à justiça ou inafastabilidade da jurisdição.....	79





4.3.	Princípio dispositivo	80
4.4.	Princípio do devido processo legal	81
4.5.	Princípio da isonomia	81
4.6.	Princípio do contraditório e da ampla defesa	82
4.7.	Princípio do juiz natural	83
4.8.	Princípio do duplo grau de jurisdição	84
4.9.	Princípio da publicidade e motivação	84
4.10.	Princípio da razoável duração do processo	85
4.11.	Princípio da vedação das provas ilícitas	86
4.12.	Princípio da assistência judicial gratuita	87

5 – APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

5.1.	Lei processual no tempo	89
5.2.	Lei processual no espaço	91
5.3.	Aplicação supletiva e subsidiária	92

6 – INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO

6.1.	Jurisdição	93
6.2.	Ação	95
6.3.	Processo	98

7 – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

7.1.	Atuação concorrente da autoridade judiciária brasileira	101
7.2.	Atuação exclusiva da autoridade judiciária brasileira	102
7.3.	Litispendência e cláusula de eleição de foro	102

8 – COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

8.1.	Noções gerais e pressupostos	105
8.2.	Objeto da cooperação	106
8.3.	Meios de cooperação	106

9 – COMPETÊNCIA

9.1.	Conceito de competência	109
9.2.	O princípio da competência-competência	110
9.3.	Critérios de competência	110
9.3.1.	Competência territorial	111
9.3.2.	Competência funcional	112
9.3.3.	Competência objetiva com base no valor da causa	113
9.3.4.	Competência objetiva em razão da pessoa (<i>ratione personae</i>)	114
9.3.5.	Competência objetiva em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	115
9.4.	Modificação da competência	115





SUMÁRIO 15

9.5. Prevenção	117
9.6. Perpetuação da competência (<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>).....	118
9.7. Conflito de competência.....	119

10 – COOPERAÇÃO NACIONAL

10.1. Formas de cooperação nacional.....	121
--	-----

11 - MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

11.1. Arbitragem.....	123
11.2. Conciliação.....	124
11.3. Mediação	126
11.4. Outras formas de composição extrajudicial de litígios	127

12 – SUJEITOS PROCESSUAIS

12.1. Partes.....	129
12.1.1. Conceito	129
12.1.2. Capacidade de ser parte.....	129
12.1.3. Capacidade de estar em juízo ou capacidade processual	130
12.1.4. Capacidade postulatória	131
12.2. Sucessão processual.....	132
12.2.1. Conceito	132
12.2.2. Sucessão das partes por ato <i>inter vivos</i> ou <i>causa mortis</i>	132
12.2.3. Distinção entre sucessão processual e substituição	134
12.2.4. Sucessão dos procuradores.....	134
12.3. Litisconsórcio	135
12.3.1. Conceito	135
12.3.2. Classificação	136
12.3.2.1. Critério da posição processual. Litisconsórcio ativo, passivo ou misto.....	136
12.3.2.2. Critério do momento da formação. Litisconsórcio inicial ou ulterior.....	136
12.3.2.3. Critério da obrigatoriedade da formação. Litisconsórcio facultativo ou necessário	137
12.3.2.4. Critério da uniformidade do tratamento. Litisconsórcio simples ou unitário	137
12.3.3. Razões do litisconsórcio e limitação do número de litisconsortes	138
12.3.4. Regime jurídico.....	140
12.4. Intervenção de terceiros.....	140
12.4.1. Conceito	140
12.4.2. Assistência simples e litisconsorcial.....	142
12.4.3. Denúnciação da lide.....	144
12.4.4. Chamamento ao processo	146
12.4.5. Incidente de desconsideração de personalidade jurídica.....	147





12.4.6. <i>Amicus Curiae</i>	151
12.5. Deveres dos sujeitos processuais.....	153
12.5.1. Deveres das partes e dos procuradores	153
12.5.2. Responsabilidade das partes e litigância de má-fé	155
12.5.3. Despesas	157
12.5.4. Honorários de sucumbência	158
12.5.5. Gratuidade da justiça	163
12.6. Juiz	165
12.6.1. Poderes e deveres do juiz.....	165
12.6.2. Responsabilidade do juiz	168
12.6.3. Impedimento e suspeição.....	168
12.7. Auxiliares da justiça.....	171
12.7.1. Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	171
12.7.2. Perito	172
12.7.3. Depositário, administrador, intérprete e tradutor	173
12.7.4. Conciliadores e mediadores judiciais	173
12.8. Ministério Público	176
12.9. Advocacia Pública.....	179
12.10. Defensoria Pública	179

13 – ATOS PROCESSUAIS

13.1. Conceito	181
13.2. Forma dos atos processuais.....	182
13.2.1. Formalismo e instrumentalidade das formas	182
13.2.2. Publicidade	183
13.2.3. Prática eletrônica dos atos processuais.....	184
13.3. Atos das partes	188
13.4. Atos do juiz.....	190
13.4.1. Despacho, decisão interlocutória e sentença	190
13.4.2. Formas dos atos do juiz.....	193
13.5. Atos do escrivão ou chefe de secretaria	194

14 – NEGÓCIOS PROCESSUAIS

14.1. Conceito e aplicação dos negócios processuais	197
14.2. Âmbito de incidência: processo e procedimento	199
14.3. Poderes, deveres, ônus e faculdades processuais.....	200
14.4. Negócios unilaterais e bilaterais.....	200
14.5. Requisitos dos negócios processuais	201
14.6. Controle judicial: eficácia, nulidade e anulabilidade.....	202
14.7. Recurso cabível	204
14.8. Preclusão	204





SUMÁRIO

17

15 – CALENDÁRIO PROCESSUAL

15.1. Ato das partes em conjunto com o juiz e vinculação	205
15.2. Dispensa do requisito da autocomposição	205

16 – TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS

16.1. Regra geral do momento para a prática dos atos	207
16.2. As exceções legais	207
16.3. Férias forenses e feriados	208

17 – LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

17.1. Regra geral e situações excepcionais	211
17.2. Deferência, interesse da justiça, natureza do ato ou obstáculo	211

18 – PRAZOS PROCESSUAIS

18.1. Conceito e objetivo dos prazos processuais	213
18.2. Classificação: prazos legais, judiciais ou convencionais; prazos próprios ou impróprios; prazos dilatatórios e peremptórios	214
18.3. Contagem, termo inicial, termo final e prorrogação dos prazos	215
18.4. Modificação, suspensão e interrupção dos prazos processuais	219
18.5. Preclusão, justa causa e restituição do prazo	221

19 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

19.1. Importância da comunicação e respeito ao contraditório	223
19.2. Comunicação entre órgãos jurisdicionais: as cartas	223
19.3. Citação	225
19.3.1. Conceito	225
19.3.2. Efeitos da citação	227
19.3.3. Modalidades de citação	228
19.3.4. Procedimento da citação por edital	231
19.4. Intimação	232

20 – NULIDADES PROCESSUAIS

20.1. Existência, validade e eficácia dos atos processuais	237
20.2. Espécies de nulidades	238
20.3. Regime de nulidades no CPC/2015	240

21 – DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO

21.1. Objetivos da distribuição e registro	243
21.2. Distribuição livre e distribuição por dependência	244

22 – VALOR DA CAUSA

22.1. Obrigatoriedade de fixação e critérios objetivos	247
22.2. Impugnação e correção do valor da causa	249





23 – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

23.1. Formação do processo e estabilização da demanda	251
23.2. Suspensão do processo.....	252
23.2.1. Conceito de suspensão, classificação e efeitos.....	252
23.2.2. Morte ou perda da capacidade processual	254
23.2.3. Convenção das partes.....	254
23.2.4. Arguição de impedimento ou suspeição de juiz	255
23.2.5. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	255
23.2.6. Questão prejudicial objeto de outro processo	256
23.2.7. Fatos e provas	256
23.2.8. Motivo de força maior	257
23.2.9. Acidentes e fatos de competência do Tribunal Marítimo	257
23.2.10. Outros casos regulados pelo Código	258
23.2.11. Fato delituoso	258
23.3. Extinção do processo	259

PARTE II – TUTELA PROVISÓRIA

TUTELA PROVISÓRIA

1.1. Conceito de tutela jurisdicional	263
1.2. Estruturação da tutela provisória no Novo Código de Processo Civil	264
1.3. Forma do requerimento das tutelas provisórias	266
1.4. Momento da concessão da tutela provisória.....	267
1.5. Competência e tutela provisória	268
1.6. Legitimidade para requer a tutela provisória	269
1.7. Tutela provisória de ofício	269
1.8. Efetivação da tutela provisória	270
1.9. Tutela de urgência	274
1.9.1. Diferenças e semelhanças entre tutela cautelar e antecipada	274
1.9.2. Fungibilidade entre as tutelas provisórias (cautelar e antecipada)	276
1.9.3. Requisitos para a concessão da tutela de urgência	277
1.9.3.1. Probabilidade do direito	277
1.9.3.2. Requisitos alternativos: perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo	279
1.9.3.3. Perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão	280
1.10. Tutela antecipada	285
1.11. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	286
1.12. Estabilização da tutela antecipada.....	289
1.13. Tutela antecipada e provimentos jurisdicionais	299
1.13.1. Antecipação da tutela condenatória	299
1.13.2. Antecipação das tutelas declaratória e constitutiva	299
1.13.3. Antecipação das tutelas mandamentais e executivas	300





SUMÁRIO

19

1.13.4.	Tutela antecipada nos procedimentos especiais.....	301
1.13.5.	Tutela antecipada no procedimento monitório.....	302
1.14.	Tutela provisória no âmbito recursal.....	304
1.14.1.	Tutela provisória contra decisões de primeiro grau.....	304
1.14.2.	Tutela provisória recursal contra decisões de Tribunais com competência originária.....	305
1.14.3.	Tutela provisória para a obtenção de efeito suspensivo nos recursos especial e extraordinário.....	306
1.15.	Tutela provisória na ação rescisória.....	307
1.16.	Tutela provisória em face da Fazenda Pública.....	308
1.17.	Efetivação da tutela cautelar.....	311
1.18.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	313
1.19.	Tutela da evidência.....	318
1.19.1.	Conceito.....	318
1.19.2.	Diferenciação entre as tutelas da evidência e de urgência – Fungibilidade.....	319
1.19.3.	Hipóteses de concessão da tutela de evidência.....	321
1.19.3.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.....	321
1.19.3.2.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório.....	323
1.19.3.3.	Tutela de evidência reipersecutória no contrato de depósito.....	324
1.19.3.4.	Tutela de evidência de documento suficiente e incontroverso ..	325

PARTE III – PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM

1 – PROCESSO E PROCEDIMENTO

1.1.	Processo de conhecimento e procedimento comum.....	332
------	--	-----

2 – PETIÇÃO INICIAL

2.1.	Conceito e funções.....	335
2.2.	Requisitos da petição inicial.....	336
2.2.1.	Requisitos intrínsecos.....	336
2.2.1.1.	O juízo a que é dirigida.....	336
2.2.1.2.	Os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu.....	337
2.2.1.3.	O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	340
2.2.1.4.	O pedido com as suas especificações.....	343
2.2.1.4.1.	Conceito.....	343
2.2.1.5.	Extensões do pedido.....	344
2.2.1.5.1.	Pedido certo e determinado.....	344
2.2.1.5.2.	Pedido certo.....	344



2.2.1.5.3.	Interpretação do pedido	345
2.2.1.5.4.	Pedido determinado	347
2.2.1.5.5.	Cumulação de pedidos	350
2.2.1.5.6.	Alteração de pedidos ou de causas de pedir	354
2.2.1.6.	O valor da causa	356
2.2.1.7.	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	363
2.2.1.8.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	364
2.2.1.9.	Desfecho	365
2.2.2.	Requisitos extrínsecos	365
2.2.2.1.	Juntada dos documentos indispensáveis	365
2.2.2.2.	Juntada de procuração	368
2.2.2.3.	Adiantamento de custas	369
2.2.3.	Pedido de gratuidade judiciária	370
2.3.	Do deferimento e do indeferimento da petição inicial	370
2.4.	Emenda ou complementação da petição inicial	374
2.5.	Efeitos do ajuizamento da petição inicial	375
2.6.	Improcedência liminar do pedido	376
2.6.1.	Técnica de agilização do julgamento do mérito	376
2.6.2.	Requisitos para a aplicação do art. 322 do NCPC	377
2.6.3.	Julgamento <i>prima facie</i> e julgamento antecipado do mérito	380
2.6.4.	Julgamento <i>prima facie</i> e acesso à justiça	381
2.6.5.	A técnica do art. 332 do NCPC e a impossibilidade do juiz proferir sentença de improcedência parcial ou de procedência do pedido	381
2.6.6.	Cúmulo de demandas e a aplicação do art. 332 do NCPC	381
2.6.7.	Apelação e juízo de retratação	382
2.6.8.	Aplicação extensiva da técnica do art. 332 do NCPC	384

3 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

3.1.	Introdução	385
3.2.	Acesso à ordem jurídica justa	385
3.3.	Desacesso à justiça	386
3.4.	Objetivos dos meios alternativos de solução de conflitos	387
3.5.	Meios alternativos de solução de conflitos adotados pelo Novo Código de Processo Civil (NCPC)	388
3.6.	Características dos meios alternativos de solução dos litígios	389
3.7.	Cultura da pacificação social	393
3.8.	Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário	394
3.9.	Política Nacional de Incentivo à autocomposição no âmbito do Ministério Público	395
3.10.	Ética do Advogado	397



SUMÁRIO

21

3.11. Atuação prioritária da Defensoria Pública na solução extrajudicial dos litígios	398
3.12. Papel da Advocacia Pública na autocomposição de conflitos envolvendo pessoa jurídica de Direito Público	400
3.13. Arbitragem.....	401
3.14. Conciliação.....	404
3.15. Mediação	405
3.16. Mediação em litígio coletivo pela posse ou pela propriedade de imóvel.....	409
3.17. Compromisso de ajustamento de conduta	410
3.18. Conciliadores judiciais e mediadores.....	411
3.19. Conciliadores e mediadores extrajudiciais.....	413
3.20. Urgência na obtenção da tutela jurisdicional antecipada	415
3.21. Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	415
3.22. Produção antecipada da prova	415
3.23. Requisitos para a designação de audiência de conciliação ou de mediação	416
3.24. Facultatividade da audiência de conciliação ou de mediação	423
3.25. Autocomposição de conflitos e utilização da arbitragem pelo Poder Público.....	424
3.26. Agendamento da audiência e comunicação das partes	427
3.27. Negócios jurídicos processuais	428
3.28. Não comparecimento das partes e/ou dos advogados.....	430
3.29. Resultados possíveis da audiência de conciliação ou de mediação	431
3.30. Organização e saneamento do processo	431
3.31. Tentativa posterior de conciliação e de mediação	432
3.32. Audiência de conciliação ou de mediação por meio eletrônico	433
3.33. Direito intertemporal e audiências de conciliação ou de mediação	433

4 – A RESPOSTA DO RÉU: CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO

4.1. Da defesa do réu: aspectos gerais.....	435
4.1.1. Bilateralidade do processo.....	436
4.1.2. Classificação da defesa	436
4.1.3. Modalidades de resposta do réu	438
4.1.4. Início do prazo e efeitos da litispendência.....	439
4.1.5. Dispensa da citação e antecipação do início do prazo.....	440
4.1.6. Formas de apresentação das respostas.....	441
4.2. Da contestação.....	444
4.2.1. Conceito e abrangência.....	444
4.2.2. Aspectos formais da contestação	445
4.2.3. Prazo para a contestação	446
4.2.4. Ônus de contestar e princípio da eventualidade.....	449
4.2.5. Preliminares (NCPC, art. 337)	451
4.2.5.1. Outras questões quanto às preliminares	467
4.2.6. Defesas substanciais.....	468





4.2.7.	Revelia e seus efeitos	472
4.2.8.	Não aplicação do efeito material da revelia	476
4.2.9.	Alegações posteriores à contestação	479
4.2.10.	Especificação das provas e juntada dos documentos pelo réu	482
4.2.11.	Procuração e endereço do advogado do réu.....	483
4.3.	Reconvenção.....	484
4.3.1.	Introdução	484
4.3.2.	Conceito, natureza jurídica e características	485
4.3.3.	Fundamentos da reconvenção	486
4.3.4.	Distinção entre a reconvenção e outros institutos	486
4.3.4.1.	Compensação e reconvenção.....	486
4.3.4.2.	Exceções materiais e reconvenção	487
4.3.4.3.	Ação declaratória incidental e reconvenção	487
4.3.5.	Pressupostos da reconvenção	489
4.3.5.1.	Pressupostos gerais.....	489
4.3.5.2.	Pressupostos específicos.....	491
4.3.5.3.	Reconvenções sucessivas	498
4.3.6.	Autonomia da reconvenção em relação à ação principal	498
4.3.7.	Recursos na reconvenção	499

5 – FASE ORDINATÓRIA: PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO

5.1.	Introdução	501
5.2.	Atividades desenvolvidas na fase ordinatória	502
5.3.	Estruturação da fase ordinatória	503
5.4.	Das providências preliminares	503
5.4.1.	Introdução	503
5.4.2.	Hipóteses surgidas no caso de ausência de contestação	504
5.4.3.	Hipóteses surgidas quando o réu apresenta a contestação	504
5.5.	Do julgamento conforme o estado do processo	507
5.5.1.	Introdução	507
5.5.2.	Hipóteses de julgamento conforme o estado do processo.....	508
5.5.3.	Do julgamento antecipado do mérito	510
5.5.3.1.	<i>O ponto de equilíbrio</i> entre as exigências impostas pelos princípios da celeridade, economia e concentração processuais, o direito à prova e a obtenção de decisões justas	510
5.5.3.2.	Hipóteses de julgamento antecipado do mérito e critérios para se evitar o cerceamento de defesa	516
5.5.3.3.	Julgamento antecipado parcial de mérito.....	522
5.6.	Saneamento e organização do processo.....	524
5.6.1.	Introdução	524
5.6.2.	Objeto	525
5.6.3.	Saneamento do processo	525





SUMÁRIO

23

5.6.4.	Organização da prova.....	526
5.6.5.	Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão do mérito..	534
5.6.6.	Outras formas de colaboração processual durante o saneamento e a organização do processo	534

6 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

6.1.	Princípio da oralidade.....	537
6.2.	Conceito	539
6.3.	Estrutura.....	540
6.3.1.	Proclamação da audiência pelo juiz e pregão inicial	540
6.3.2.	Tentativa de conciliação	541
6.3.3.	Produção da prova oral	544
6.3.4.	Alegações finais.....	549
6.3.5.	Sentença	551
6.4.	Conversão do julgamento em diligência	552
6.5.	Incidentes e decisões em audiência.....	553
6.6.	Documentação da audiência.....	554
6.7.	A unidade, os casos de interrupção e a publicidade da audiência de instrução e julgamento	555
6.8.	Poder de polícia	557
6.9.	Adiamento da audiência de instrução e julgamento	558
6.10.	Produção da prova oral fora da audiência de instrução e julgamento	562

7 – PROVAS: TEORIA GERAL DA PROVA

7.1.	Introdução	563
7.2.	Conceito de prova	564
7.3.	Elementos de prova ou informativos.....	565
7.4.	Funções da prova	569
7.4.1.	Funções Interna e Externa	569
7.4.2.	Função demonstrativa e persuasiva da prova	571
7.4.2.1.	Função demonstrativa.....	571
7.4.2.2.	Função argumentativa (persuasiva)	572
7.4.2.3.	Possibilidade de conciliação entre as funções demonstrativa e persuasiva	574
7.5.	Objeto da prova.....	575
7.5.1.	Definição.....	575
7.5.2.	Fixação do <i>Thema Probandum</i>	576
7.5.3.	Circunstâncias que não integram o objeto da prova no Processo Civil	581
7.5.3.1.	Fatos notórios.....	581
7.5.3.2.	Fatos não controvertidos	588
7.5.3.3.	Fatos em cujo favor militam presunção legal de existência e veracidade.....	593





7.6.	Prova do Direito	594
7.7.	Fontes e Meios de Prova	599
7.8.	Provas Atípicas	601
7.8.1.	Reconhecimento de Pessoas ou de Coisas	602
7.8.2.	<i>Expert Witnesses</i> ou <i>Expert Testimony</i>	603
7.8.3.	Documentos Psicografados	605
7.8.4.	Detectores de Mentira	606
7.8.5.	Declarações escritas de testemunhas	607
7.8.6.	Informante confidencial	608
7.8.7.	Comportamento processual e extraprocessual das partes	610
7.8.8.	Provas estatísticas	615
7.9.	Provas emprestadas	619
7.9.1.	Conceito e abrangência	619
7.9.2.	Da validade e da eficácia das provas emprestadas	620
7.9.3.	Provas emprestadas viciadas	625
7.9.4.	Da valoração da prova emprestada	628
7.10.	Provas ilícitas	630
7.10.1.	Conceito	630
7.10.2.	Aplicação do postulado da proporcionalidade	632
7.10.3.	Provas ilícitas por derivação (“teoria dos frutos da árvore envenenada”)...	634
7.10.4.	Valoração das provas ilícitas	636
7.11.	O direito ao silêncio e o privilégio contra autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>)	638
7.12.	Ônus da Prova	640
7.12.1.	Conceito	640
7.12.2.	Classificação: ônus da prova em sentido subjetivo e objetivo	641
7.12.3.	Exegese do art. 373, inc. I e II, do NCPC	642
7.12.4.	Ônus da prova na reconvenção	643
7.12.5.	Ônus imperfeito	643
7.12.6.	Prova nos <i>hard cases</i>	644
7.12.7.	Distribuição dinâmica do ônus da prova	645
7.12.8.	Inversão do ônus da prova e contraprova	651
7.12.9.	Inversão do ônus da prova por vontade das partes	654
7.12.10.	Ônus da prova em sentido objetivo	656
7.13.	Direito à prova	660
7.14.	Poderes instrutórios do juiz	662
7.15.	Classificação das provas	668
7.16.	Indícios e presunções	670
7.16.1.	Conceitos	670
7.16.2.	Objetivo das presunções	671
7.16.3.	Admissibilidade das provas circunstanciais	672
7.16.4.	Espécies de presunções	673





SUMÁRIO		25
7.16.4.1.	Presunções legais.....	673
7.16.4.1.1.	Presunções legais absolutas (<i>iure et de iure</i>).....	673
7.16.4.1.2.	Presunções legais relativas (<i>iuris tantum</i>).....	674
7.16.4.1.3.	Presunções mistas.....	675
7.16.4.1.4.	Conflito entre presunções legais.....	676
7.16.4.2.	Presunções judiciais (<i>hominis</i>).....	676
7.17.	Máximas da experiência.....	679
7.17.1.	Conceito.....	679
7.17.2.	Classificação.....	679
7.17.3.	Premissas maiores.....	681
7.17.4.	Validade das máximas da experiência.....	682
7.17.5.	Funções das máximas da experiência.....	684
7.17.6.	Máximas da experiência e motivação das decisões.....	686
7.18.	Momentos da prova.....	689
7.19.	Da valoração da prova.....	690
7.19.1.	Conceito.....	690
7.19.2.	Sistemas de valoração da prova.....	690
7.19.3.	<i>Standards judiciais</i> (ou modelos de constatação) do convencimento judicial.....	698
7.19.4.	Modelos de constatação para a prova indiciária.....	699
7.20.	Finalidade da prova: o problema da verdade processual.....	702
7.20.1.	Verdade processual relativa.....	702
7.20.2.	Papel da verdade instrumental: concretização de decisões justas.....	704
7.20.3.	Verdade e argumentação jurídica.....	706
7.20.4.	Verdade e teoria narrativista do direito.....	708
7.21.	Natureza jurídica das normas relativas à prova.....	712
7.22.	Produção antecipada de provas.....	713
7.23.	Ata notarial.....	714

8 - PROVAS EM ESPÉCIE

8.1.	Depoimento pessoal.....	717
8.1.1.	Conceito.....	717
8.1.2.	Espécies.....	718
8.1.3.	Depoimento pessoal por videoconferência ou por qualquer outro meio tecnológico.....	719
8.1.4.	Consequências processuais.....	720
8.1.4.1.	Pena de confesso/Admissão de fato como verdadeiro.....	720
8.1.4.2.	Argumentos de prova (NCPC, art. 386).....	721
8.1.5.	Intimação pessoal.....	723
8.1.6.	Dever e ônus de comparecimento.....	723
8.1.6.1.	Depoimento da parte por provocação.....	723
8.1.6.2.	Interrogatório judicial.....	725





8.1.7.	Forma	726
8.1.8.	Sujeitos do depoimento pessoal	728
8.2.	Confissão	729
8.2.1.	Conceito	729
8.2.2.	Natureza jurídica	730
8.2.3.	Espécies	731
8.2.4.	Objeto	732
8.2.5.	Distinções	732
8.2.5.1.	Confissão e reconhecimento jurídico do pedido.....	732
8.2.5.2.	Confissão e negócio jurídico.....	733
8.2.5.3.	Confissão e admissão.....	733
8.2.5.4.	Confissão e não contestação	734
8.2.6.	Eficácia	734
8.2.7.	Invalidação da confissão	738
8.2.8.	Indivisibilidade	739
8.3.	Prova documental.....	739
8.3.1.	Introdução	739
8.3.2.	Conceito	740
8.3.3.	Elementos e classificação dos documentos.....	742
8.3.4.	Autenticidade e veracidade	743
8.3.5.	Da força probante dos documentos.....	744
8.3.5.1.	Documentos públicos.....	744
8.3.5.1.1.	Fé pública	744
8.3.5.1.2.	Original e cópia.....	745
8.3.5.2.	Documentos particulares.....	748
8.3.5.2.1.	Presunção de veracidade (exegese dos arts. 408 e 411 do NCPC).....	748
8.3.5.2.2.	Data do documento particular	749
8.3.5.2.3.	Autoria e indivisibilidade do documento particular.....	750
8.3.5.2.4.	Originais e fotocópias	750
8.3.5.2.5.	A fé emanada dos documentos particulares.....	751
8.3.5.3.	Arguição de falsidade.....	752
8.3.5.3.1.	Cessação da fé dos documentos particulares	755
8.3.6.	Documentos especiais.....	756
8.3.6.1.	Documentos de telemática (telegrama, radiograma e outros meios de transmissão).....	756
8.3.6.2.	Cartas e registros domésticos.....	757
8.3.6.3.	Livros comerciais.....	757
8.3.6.4.	Documentos fotográficos, cinematográficos, fonográficas ou de outra espécie	759
8.3.6.5.	Documentos eletrônicos.....	760
8.3.6.5.1.	Regulamentação.....	760





SUMÁRIO		27
8.3.6.5.2.	Representação magnética	761
8.3.6.5.3.	Original e cópia dos documentos eletrônicos	762
8.3.6.5.4.	Assinatura eletrônica e certificação digital	764
8.3.6.5.5.	Demonstração efetiva do envio e do recebimento de mensagem eletrônica	766
8.3.7.	Produção da prova documental	768
8.3.8.	Obtenção de documentos	771
8.3.8.1.	Modalidades	771
8.3.8.2.	Requisição dos documentos	772
8.3.8.3.	Exibição de documento ou coisa	775
8.3.8.3.1.	Natureza jurídica	775
8.3.8.3.2.	Consequências da não exibição para a parte	775
8.3.8.3.3.	Consequências da não exibição para terceiro	776
8.3.8.3.4.	Direito à exibição	777
8.3.8.3.5.	Procedimento do incidente probatório	780
8.3.8.3.6.	Procedimento do processo incidental	781
8.4.	Prova testemunhal	782
8.4.1.	Conceito	782
8.4.2.	Requisitos	782
8.4.3.	Da convocação da testemunha	784
8.4.4.	Da incapacidade, impedimento e suspeição para ser testemunha	786
8.4.5.	Deveres e direitos das testemunhas	792
8.4.6.	Admissibilidade da prova testemunhal	796
8.4.7.	Exclusão do dever de depor	798
8.4.8.	Momentos e produção da prova testemunhal	802
8.4.9.	Procedimento da prova testemunhal	804
8.4.9.1.	Requerimento e especificação da prova	804
8.4.9.2.	Rol de testemunhas	804
8.4.9.3.	Número máximo de testemunhas	807
8.4.9.4.	Momento e forma do depoimento	808
8.4.9.5.	Valoração da prova testemunhal	814
8.4.9.6.	Acareação	819
8.5.	Prova pericial	821
8.5.1.	A ciência privada e a ciência oficial do juiz	821
8.5.2.	Conceito de prova científica e sua relação com a prova pericial	821
8.5.3.	Conceito de prova pericial	825
8.5.4.	Objeto da perícia	826
8.5.5.	Espécies	828
8.5.6.	Prova técnica simplificada	830
8.5.7.	Admissibilidade e relevância	831
8.5.8.	Momentos da prova pericial	836
8.5.9.	A escolha do perito	838



8.5.10.	Impugnação da escolha do perito	840
8.5.11.	Motivo legítimo para a recusa do perito	843
8.5.12.	Substituição do perito	843
8.5.13.	Remuneração do perito	844
8.5.14.	Assistentes técnicos	848
8.5.15.	Quesitos, críticas e esclarecimentos	850
8.5.16.	Conclusões do perito	853
8.5.17.	Valoração da prova pericial e a segunda perícia	856
8.6.	Inspeção judicial	860

9 – SENTENÇA E COISA JULGADA

9.1.	Conceito de sentença	865
9.2.	Sentença terminativa (art. 485, NCPC)	867
9.3.	Sentença definitiva (art. 487/NCPC)	878
9.4.	Predominância da sentença definitiva sobre a terminativa (exegese do art. 488/NCPC)	885
9.5.	Elementos essenciais da sentença	887
9.5.1.	Relatório	887
9.5.2.	Fundamentação	887
9.5.2.1.	Motivação e argumentação jurídica	887
9.5.2.2.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. I, do NCPC	892
9.5.2.3.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. II, do NCPC	893
9.5.2.4.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. III, do NCPC	894
9.5.2.5.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. IV, do NCPC	895
9.5.2.6.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. V, do NCPC	900
9.5.2.7.	Interpretação do art. 489, § 1º, inc. VI, do NCPC	904
9.5.2.8.	Conflitos normativos e sentença judicial (NCPC, art. 489, § 2º)	910
9.5.2.9.	Efeito devolutivo da apelação e nulidade da sentença por falta de fundamentação	917
9.5.3.	Dispositivo	918
9.6.	Interpretação da decisão judicial	920
9.7.	Atualidade da decisão judicial	921
9.8.	Emendas à sentença	923
9.9.	Conteúdos da sentença	925
9.10.	Remessa necessária	928
9.11.	Do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	931
9.12.	Coisa julgada	934
9.12.1.	Conceito e noções gerais	934
9.12.2.	Coisa julgada formal e material	938
9.12.3.	Limites objetivos da coisa julgada material	943



SUMÁRIO

29

9.12.4. Limites subjetivos da coisa julgada	947
9.12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	952
9.12.6. Eficácia da sentença em relação ao assistente simples (exegese do art. 123/ NCPC)	954
9.12.7. O efeito negativo da coisa julgada e a tríplice identidade.....	956
9.12.8. Coisa julgada nas ações coletivas e na ação popular	956
9.12.9. Coisas julgadas conflitantes.....	959

PARTE IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO

1 – LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1.1. Generalidades.....	963
1.2. Legitimidade e competência	964
1.3. Obrigação objeto da liquidação.....	965
1.4. Momento de proceder a liquidação de sentença.....	966
1.5. Causas em que não há liquidação de sentença.....	966
1.6. Natureza jurídica da liquidação	966
1.7. Limites da liquidação de sentença.....	968
1.8. Formas (modalidades) de liquidação	969
1.9. Da liquidação da conversão de obrigação específica em perdas e danos	971
1.10. Decisão, recurso, honorários advocatícios e coisa julgada	972

2 – TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

2.1. Tutela executiva	975
2.2. Classificação	976
2.3. Princípios	980
2.4. Título executivo.....	982
2.4.1. Títulos executivos judiciais (jurisdicionais)	985
2.4.1.1. Natureza do pronunciamento judicial com força executiva (art. 515, I)	985
2.4.1.2. Decisão homologatória (art. 515, II e III)	988
2.4.1.3. Formal e certidão de partilha (art. 515, IV).....	988
2.4.1.4. Crédito de auxiliar da justiça e outras despesas ou custas apro- vadas judicialmente (art. 515, V)	988
2.4.1.5. Sentença penal condenatória (art. 515, VI).....	989
2.4.1.6. Sentença arbitral (art. 515, VII)	989
2.4.1.7. Sentença e decisão estrangeira (art. 515, VIII e IX)	989
2.4.2. Títulos executivos extrajudiciais.....	990
2.4.2.1. Títulos de crédito (art. 784, I).....	990
2.4.2.2. Confissão de dívida (art. 784, II, III e IV).....	991
2.4.2.3. Contratos garantidos por qualquer direito real e caução (art. 784, V).....	991
2.4.2.4. Contrato de seguro de vida em caso de morte (art. 784, VI).....	992



2.4.2.5.	Créditos de foro e laudêmio (art. 784, VII)	993
2.4.2.6.	Créditos de locação acessórios (art. 784, VIII).....	993
2.4.2.7.	CDA (art. 784, IX)	993
2.4.2.8.	Crédito de despesas condominiais (art. 784, X).....	995
2.4.2.9.	Créditos de auxiliar da justiça (art. 784, XI)	995
2.4.2.10.	Demais títulos executivos extrajudiciais previstos em outras leis (art. 784, XII)	995
2.5.	Cognição na execução	996
2.6.	Contraditório na execução.....	999
2.7.	Mérito na execução	1002
2.8.	Coisa julgada na execução	1003
2.9.	Competência.....	1004
2.10.	Legitimidade (ativa e passiva) na execução e responsabilidade de terceiros	1006
2.11.	Intervenção de terceiros na execução	1009
2.12.	Fraude à execução	1010
2.13.	Cumulação de execuções	1012
2.14.	Protesto de título executivo judicial e inscrição do executado em cadastro de inadimplentes	1013
2.15.	Negócio processual na execução	1015
2.16.	Poderes executórios do juiz	1016
2.17.	Conduta atentatória à dignidade da justiça	1018
2.18.	Tutelas provisórias na execução	1019
2.19.	O agravo de instrumento como recurso padrão contra decisões interlocutórias proferidas na execução.....	1020
2.20.	Nulidades na execução	1021
2.21.	Suspensão da execução	1023
2.22.	Extinção da execução.....	1026
2.23.	Honorários advocatícios na execução	1029

3 – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA

3.1.	Introdução	1031
3.2.	Regime do cumprimento provisório é o mesmo do cumprimento definitivo	1032
3.2.1.	Opção do exequente e atuação do cumprimento provisório	1032
3.2.2.	Da responsabilidade objetiva do exequente.....	1033
3.2.3.	Retorno ao <i>status quo ante</i>	1034
3.2.4.	Prestação de caução e casos de sua dispensa.....	1035
3.2.5.	Aplicação no cumprimento provisório da multa e dos honorários previstos no art. 523, § 1º do CPC	1037
3.2.6.	Impugnação do executado	1038
3.2.7.	Execução provisória e tutelas provisórias.....	1039



SUMÁRIO

31

4 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DEFINITIVO DE OBRIGAÇÃO DE SOMA EM DINHEIRO

4.1.	Introdução	1041
4.2.	Cumprimento de sentença.....	1041
4.3.	Termo inicial do cumprimento voluntário de sentença de obrigação de pagar soma em dinheiro	1042
4.4.	Comunicação do executado no cumprimento voluntário de sentença de obrigação de pagar soma em dinheiro	1043
4.5.	Legitimação passiva no cumprimento de sentença	1045
4.6.	Conteúdo da petição que dá início ao cumprimento de sentença.....	1045
4.7.	O cumprimento voluntário da sentença requerido pelo devedor	1048
4.8.	A multa de 10%.....	1049
4.9.	Honorários advocatícios no cumprimento de sentença.....	1051
4.10.	A fase da execução forçada no cumprimento de sentença	1051
4.11.	Processo autônomo de execução fundada em título executivo judicial	1052
4.12.	Averbação do cumprimento provisório no registro de bens do devedor	1052

5 – PROCESSO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE SOMA EM DINHEIRO

5.1.	Introdução	1053
5.2.	Petição inicial	1053
5.3.	Citação do executado.....	1057
5.4.	Arresto ou pré-penhora.....	1057
5.5.	Condutas que o executado pode adotar depois de citado	1058
5.5.1.	Pagamento	1058
5.5.2.	Pagamento parcelado	1058
5.5.3.	Opor embargos	1059
5.5.4.	Se manter inerte	1059
5.6.	Penhora	1059
5.7.	Avaliação.....	1071
5.8.	Adjudicação.....	1072
5.9.	Alienação por iniciativa particular	1075
5.10.	Alienação por leilão judicial.....	1077
5.11.	Da satisfação do crédito	1086

6 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER

6.1.	Aspectos gerais	1089
6.2.	Fazer e não fazer, fungível e infungível	1090
6.3.	Categorias de tutela específica	1090
6.4.	Técnicas para obtenção da tutela específica	1091
6.5.	Multa	1092
6.6.	Conversão em perdas e danos	1094





- 6.7. Procedimento do cumprimento de sentença 1096
6.8. Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial 1096

7 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DE
OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DE COISA

- 7.1. Aspectos gerais 1099
7.2. Entrega de coisa 1099
7.3. Conversão em perdas e danos 1100
7.4. Procedimento do cumprimento de sentença 1101
7.5. Quanto à individualização da coisa incerta 1102
7.6. Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial 1103

8 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO DA
PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS

- 8.1. Introdução 1107
8.2. Obrigação alimentar 1107
8.3. Título executivo 1108
8.4. Meios executórios 1109
8.5. Competência e requerimento inicial 1110
8.6. Procedimento da execução por coerção pessoal (prisão civil) 1111
8.7. Procedimento do desconto em folha 1114
8.8. Procedimento de expropriação de bens do executado 1115
8.9. Constituição de renda 1116
8.10. Crime de abandono material 1117
8.11. Processo de execução fundado em título executivo extrajudicial 1118

9 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E PROCESSO DE EXECUÇÃO EM FACE DA
FAZENDA PÚBLICA

- 9.1. Conceito de Fazenda Pública 1121
9.2. Título executivo 1121
9.3. Execução de soma em dinheiro 1122
9.4. O regime do cumprimento de sentença de soma em dinheiro contra a Fazenda Pública 1123
9.5. Sobre o precatório e a RPV 1125
9.6. Sobre o sequestro 1129
9.7. A execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial 1130
9.8. Cumprimento de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa em face da Fazenda Pública 1131

10 – EXECUÇÃO FISCAL (LEI 6.830/80)

- 10.1. Notas introdutórias 1133
10.2. Objeto 1133





SUMÁRIO

33

10.3. Título executivo.....	1134
10.4. Petição inicial	1135
10.5. Legitimidade passiva.....	1135
10.6. Competência.....	1137
10.7. Citação e pré-penhora.....	1138
10.8. Procedimento	1139
10.9. Recursos e reexame necessário	1143

11 – DEFESA NA EXECUÇÃO

11.1. Introdução	1145
11.2. Aspectos gerais da Defesa.....	1146
11.2.1. Noção de Defesa.....	1146
11.2.2. Formas de Defesa	1146
11.3. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	1148
11.3.1. Apresentação	1148
11.3.2. Natureza jurídica	1149
11.3.3. Forma e legitimidade	1150
11.3.4. Requisitos de admissibilidade	1150
11.3.5. Prazo	1151
11.3.6. Efeito suspensivo	1152
11.3.7. Conteúdo.....	1154
11.3.8. Contraditório e cognição	1158
11.3.9. Decisão, recursos e coisa julgada.....	1159
11.3.10. Custas	1160
11.3.11. Multa de 10% do art. 523, §1º, do CPC	1160
11.3.12. Honorários advocatícios	1161
11.3.13. Impugnação no cumprimento de sentença de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa	1161
11.3.14. Impugnação no cumprimento de sentença arbitral	1162
11.3.15. Impugnação ao cumprimento de sentença oposta pela Fazenda Pública..	1163
11.3.16. Impugnação ao cumprimento de sentença de obrigação alimentar	1163
11.3.17. Desistência da execução	1164
11.4. Defesa por simples petição.....	1164
11.4.1. Histórico e introdução	1164
11.4.2. Os arts. 518 e 803, parágrafo único, ambos do CPC	1166
11.4.3. Arts. 511, §11, e 917, §1º, ambos do CPC	1167
11.4.4. O art. 903, §2º, do CPC	1168
11.4.5. Legitimidade.....	1169
11.4.6. Forma e provas.....	1169
11.4.7. Efeito suspensivo	1169
11.4.8. Contraditório.....	1170
11.4.9. Decisão, recursos e coisa julgada.....	1171



11.4.10. Custas e honorários advocatícios	1171
11.5. Embargos à execução	1171
11.5.1. Apresentação	1171
11.5.2. Natureza jurídica	1172
11.5.3. O fim das modalidades de embargos à execução.....	1173
11.5.4. Legitimidade ativa e passiva	1173
11.5.5. Requisitos de admissibilidade	1174
11.5.6. Efeito suspensivo	1175
11.5.7. Objeto da cognição	1176
11.5.8. Petição inicial.....	1177
11.5.9. Procedimento.....	1178
11.5.10. Resposta do embargado.....	1178
11.5.11. Revelia do embargado	1178
11.5.12. Intervenção de terceiros	1179
11.5.13. Desistência da execução	1179
11.5.14. Sentença e coisa julgada.....	1179
11.5.15. Apelação	1179
11.6. Defesa incidental por meio de ações autônomas	1180
11.6.1. Apresentação	1180
11.6.2. A ação rescisória para reconhecer a inexigibilidade de decisão fundada em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais ou incompatíveis com a Constituição pelo STF (CPC, art. 525, §15)	1180
11.6.3. A ação anulatória da arrematação (CPC, art. 903, §4º).....	1182
11.7. Defesa heterotópica	1185
11.7.1. Apresentação	1185
11.7.2. Classificação da defesa heterotópica	1187
11.7.3. Competência.....	1187
11.7.4. Legitimidade ativa e passiva	1188
11.7.5. Conteúdo	1188
11.7.6. Efeito suspensivo	1188
11.7.7. Procedimento das ações prejudiciais.....	1190
11.7.8. Espécies de ações que podem ser prejudiciais à execução	1191

PARTE V – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1. Compreensão do porquê da existência de procedimentos especiais: “Processo justo” e determinação constitucional para a concessão de “tutelas adequadas”	1195
1.2. Das características que conferem “especialidade” ao “procedimento”	1197

2 – DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

2.1. Do direito do devedor à liberação da obrigação e suas repercussões: o pagamento em consignação	1201
---	------



SUMÁRIO

35

2.2.	Da consignação em pagamento extrajudicial	1203
2.3.	Da legitimidade	1205
2.4.	Da competência	1207
2.5.	Da demanda consignatória: causa de pedir e pedido	1209
2.6.	Da inexistência de limites à cognição e a coisa julgada	1211
2.7.	Do procedimento	1212
2.8.	Ainda o procedimento: consignação de prestações sucessivas	1218
2.9.	Ainda o procedimento: consignação fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito	1220
2.10.	Da ação de consignação de alugueis e acessórios da locação	1222

3 – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

3.1.	Da administração de interesses, direitos ou bens alheios e as suas repercussões	1223
3.2.	Da legitimidade, interesse de agir e competência	1225
3.3.	Do procedimento	1227

4 – AÇÕES POSSESSÓRIAS

4.1.	Da proteção possessória	1233
4.2.	Da fungibilidade	1236
4.3.	Da causa de pedir, do pedido e da cumulação de pedidos nas ações de manutenção e reintegração de posse	1236
4.4.	Do “caráter dúplice” e as ações possessórias	1239
4.5.	Da limitação à cognição nas ações possessórias (vedação da exceção de domínio) e da suspensividade do debate petitório	1240
4.6.	Da competência	1242
4.7.	Legitimidade e integração de capacidade	1242
4.8.	Do procedimento da ação de manutenção e reintegração de posse	1244
4.9.	Ainda o procedimento: peculiaridades em se tratando de “litígio coletivo” com afirmação de esbulho ou turbação ocorrida ou liminar concedida e não efetivada há mais ano e dia	1250
4.10.	Do interdito proibitório	1251

5 – DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

5.1.	Considerações gerais	1253
5.2.	Do cabimento e da legitimidade nas ações de divisão	1254
5.3.	Do cabimento e da legitimidade nas ações demarcatórias de terras particulares	1254
5.4.	Do suprimento de capacidade nas ações de divisão e de demarcação de terras particulares	1256
5.5.	Do caráter dúplice das ações de divisão e de demarcação de terras particulares	1257
5.6.	Da cumulação das pretensões demarcatória e divisória	1257
5.7.	Do procedimento da ação demarcatória	1259
5.8.	Do procedimento da ação de divisão	1260



6 – DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

6.1.	Considerações gerais	1263
6.2.	Da causa de pedir e do pedido na ação de dissolução parcial de sociedade	1265
6.3.	Da legitimidade na ação de dissolução parcial de sociedade	1268
6.4.	Do procedimento	1272
6.5.	Ainda o procedimento: parâmetros a serem observados na apuração de haveres ...	1274

7 – DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

7.1.	Considerações gerais	1277
7.2.	Das modalidades de inventário	1278
7.3.	Dos prazos para a abertura e encerramento do inventário	1280
7.4.	Da limitação à cognição no inventário	1281
7.5.	Do administrador provisório	1283
7.6.	Do procedimento do inventário	1283
7.6.1.	Da competência	1284
7.6.2.	Da legitimidade para requerer a abertura do inventário.....	1285
7.6.3.	Do inventariante	1286
7.6.3.1.	Das incumbências do inventariante	1288
7.6.3.2.	Da remoção e destituição do inventariante	1290
7.6.4.	Das primeiras declarações	1291
7.6.5.	Das citações e impugnações	1293
7.6.5.1.	Das intimações da Fazenda Pública, do Ministério Público e do testamenteiro	1295
7.6.6.	Do herdeiro preterido.....	1295
7.6.7.	Da avaliação e do cálculo do tributo	1295
7.6.8.	Das colações.....	1299
7.6.9.	Da sonegação	1301
7.6.10.	Do pagamento das dívidas.....	1301
7.7.	Da partilha	1302
7.7.1.	Da emenda da partilha	1304
7.7.2.	Da anulação da partilha amigável.....	1304
7.7.3.	Da rescisão da partilha judicial.....	1305
7.8.	Do arrolamento.....	1306
7.8.1.	Do arrolamento sumário	1307
7.8.2.	Do arrolamento comum.....	1307
7.9.	Da dispensa de inventário e arrolamento	1308
7.10.	Das disposições comuns do inventário, partilha e arrolamento.....	1308
7.10.1.	Eficácia da tutela provisória	1309
7.10.2.	Da sobrepilha.....	1309
7.10.3.	Do curador especial.....	1309
7.10.4.	Da cumulação de inventários	1309



SUMÁRIO

37

8 – DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

8.1. Considerações gerais	1311
8.2. Da legitimidade ativa	1313
8.3. Da legitimidade passiva.....	1319
8.4. Do prazo para a oposição dos embargos de terceiro.....	1320
8.5. Da competência	1323
8.6. Da cognição judicial nos embargos de terceiro	1323
8.7. Do procedimento	1324

9 – OPOSIÇÃO

9.1. Considerações gerais	1327
9.2. Procedimento	1328

10 – AÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. Considerações gerais	1331
10.2. Da legitimidade e do procedimento	1332

11 – AÇÕES DE FAMÍLIA

11.1. Considerações gerais	1335
11.2. Do procedimento	1335

12 – DA AÇÃO MONITÓRIA

12.1. Considerações gerais	1339
12.2. Cabimento e objeto da ação monitória.....	1340
12.2.1. Ação monitória e devedor incapaz	1342
12.2.2. Ação monitória e Fazenda Pública	1342
12.3. Do procedimento	1343
12.4. Ainda o procedimento: possíveis reações do réu	1344
12.5. Das sanções por litigância de má-fé.....	1345

13 – HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL

13.1. Considerações gerais	1347
13.2. Do procedimento da homologação judicial.....	1348
13.3. Do procedimento de homologação extrajudicial.....	1349

14 – DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

14.1. Considerações gerais	1351
14.2. Da legitimidade e do procedimento	1352

15 – DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

15.1. Considerações gerais	1355
15.2. Da competência, legitimidade e do procedimento	1356





15.3. Ainda o procedimento: restauração perante o tribunal	1357
15.4. Das custas e honorários na restauração de autos	1358

16 – DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

16.1. Considerações gerais	1359
16.2. Do procedimento padrão na jurisdição voluntária	1359

17 – DA NOTIFICAÇÃO E DA INTERPELAÇÃO

17.1. Considerações gerais	1361
17.2. Do procedimento	1362

18 – DA ALIENAÇÃO JUDICIAL

18.1. Considerações gerais	1363
18.2. Legitimidade para requerer a alienação	1363
18.3. Procedimento	1363

19 – DO DIVÓRCIO E DA SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, DA EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

19.1. Considerações gerais	1365
19.2. Do divórcio e da separação consensuais e da extinção consensual de união estável	1365
19.3. Do divórcio e da separação consensuais e da extinção consensual de união estável realizados extrajudicialmente	1366
19.4. Da alteração do regime de bens do matrimônio	1367

20 – DOS TESTAMENTOS E CODICILOS

20.1. Considerações gerais	1369
20.2. Procedimento	1369

21 – HERANÇA JACENTE

21.1. Considerações gerais	1371
21.2. Procedimento	1371

22 – DOS BENS DOS AUSENTES

22.1. Considerações gerais	1373
22.2. Competência	1373
22.3. Procedimento	1373

23 – DAS COISAS VAGAS

23.1. Considerações gerais	1375
23.2. Procedimento	1375





SUMÁRIO 39

24 – DA INTERDIÇÃO

24.1. Considerações gerais	1377
24.2. Legitimados para promover a interdição	1377
24.3. Competência.....	1377
24.4. Procedimento	1377

25 – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

25.1. Considerações gerais	1381
25.2. Do compromisso, da alegação de escusa, da remoção e da cessação do cargo	1381

26 – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

26.1. Considerações gerais	1383
26.2. Procedimento	1383

27 – DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

27.1. Considerações gerais	1385
27.2. Do procedimento	1385

PARTE VI – PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

1 – DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

1.1. Generalidades	1389
1.2. Trâmite dos processos nos Tribunais	1389
1.3. Poderes do relator	1397
1.4. Julgamento colegiado	1400
1.5. Ampliação da colegialidade.....	1401
1.6. Sucumbência recursal	1406
1.7. Intercorrências na interposição e julgamento do recurso	1410

2 – INCIDENTES NA FASE RECURSAL

2.1. Do incidente de assunção de competência	1413
2.2. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1415
2.3. Do conflito de competência	1418
2.4. Do incidente de resolução de demandas repetitivas	1419

PARTE VII – TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1 – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS

1.1. Natureza jurídica dos recursos	1433
1.2. O reexame necessário	1436
1.2.1. Evolução legislativa e características gerais	1436
1.2.2. Previsão no CPC 2015.....	1437





1.2.3.	A remessa necessária à luz da legislação especial.....	1439
1.2.4.	Processamento.....	1441
1.3.	A classificação dos meios de impugnação dos pronunciamentos judiciais.....	1441
1.4.	Classificação dos recursos.....	1443
1.5.	Recurso adesivo.....	1447
1.5.1.	Origem e nomenclatura.....	1447
1.5.2.	Oportunidade: momento para interposição do recurso adesivo.....	1447
1.5.3.	Pressuposto: sucumbência recíproca.....	1448
1.5.4.	Processamento.....	1448
1.5.5.	Prejudicialidade ou perda de interesse recursal superveniente do recurso adesivo.....	1449
1.5.6.	Taxatividade do inc. II do § 2º do art. 997 do CPC e demais restrições jurisprudenciais.....	1449
1.6.	Impugnação dos atos decisórios relevantes.....	1450
1.7.	Extensão do recurso.....	1451

2 – PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO SISTEMA RECURSAL

2.1.	Duplo grau de jurisdição.....	1456
2.2.	Taxatividade.....	1461
2.3.	Unirrecorribilidade ou singularidade.....	1462
2.4.	Fungibilidade recursal.....	1463
2.5.	Primazia do julgamento de mérito.....	1468
2.6.	Dialeticidade.....	1470
2.7.	Superação do princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1471

3 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

3.1.	Competência para o exame de admissibilidade dos recursos.....	1476
3.2.	Conhecimento e provimento do recurso. Vícios das decisões e questões de ordem pública.....	1477
3.3.	Natureza do pronunciamento judicial relativo à admissibilidade recursal.....	1479
3.4.	Os pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	1480
3.4.1.	Cabimento.....	1480
3.4.2.	Legitimidade em matéria recursal.....	1482
3.4.2.1.	Legitimidade recursal das partes.....	1482
3.4.2.2.	Situações equiparáveis.....	1483
3.4.2.3.	Legitimidade recursal dos terceiros.....	1484
3.4.2.4.	Legitimação do Ministério Público.....	1487
3.4.2.5.	Legitimidade de outros sujeitos processuais.....	1488
3.4.2.6.	A hipótese do art. 77 do CPC de 2015.....	1489
3.4.2.7.	Legitimação recursal do advogado.....	1490
3.4.2.8.	Legitimidade recursal concorrente entre advogado e sociedade de advogados.....	1491





SUMÁRIO 41

3.4.2.9.	Legitimidade recursal do <i>amicus curiae</i>	1491
3.4.2.10.	Outros casos de legitimidade recursal extraordinária	1492
3.4.2.11.	Legitimação recursal da autoridade coatora	1493
3.4.2.12.	Extensão da legitimação recursal em matéria de ação popular ...	1493
3.4.3.	Interesse recursal	1494
3.4.3.1.	A sucumbência e o binômio utilidade ou necessidade	1494
3.4.3.2.	O interesse recursal na impugnação dos fundamentos da decisão.....	1495
3.4.3.3.	Outras situações excepcionais em matéria de interesse recursal	1497
3.4.4.	Fatos extintivos, modificativos ou impeditivos da admissibilidade recursal	1499
3.4.4.1.	Desistência (CPC, art. 998)	1499
3.4.4.2.	Renúncia (CPC, art. 999)	1501
3.4.4.3.	Aquiescência (CPC, art. 1.000)	1503
3.4.5.	Tempestividade	1504
3.4.6.	Regularidade formal.....	1511
3.4.7.	Preparo (CPC, art. 1.007)	1513

4 – EFEITOS DOS RECURSOS

4.1.	Efeito devolutivo	1521
4.2.	Efeito suspensivo	1523
4.3.	Efeito substitutivo.....	1526
4.3.1.	Honorários recursais	1527
4.3.2.	Vício de procedimento	1527
4.3.3.	Substituição parcial	1528
4.3.4.	Importância da matéria	1528
4.4.	Demais efeitos decorrentes da interposição do recurso	1528
4.4.1.	Efeito obstativo	1528
4.4.2.	Efeito regressivo	1529
4.4.3.	Efeito expansivo.....	1529
4.4.4.	Efeito translativo	1530

PARTE VIII – RECURSOS EM ESPÉCIE

1 – APELAÇÃO

1.1.	Cabimento	1533
1.2.	Questões não preclusas resolvidas na fase cognitiva	1533
1.3.	A recorribilidade das sentenças <i>parciais</i>	1536
1.4.	Matérias arroladas no art. 1.015 do CPC e decididas na sentença	1537
1.5.	A regra do § 5º do art. 1.013 do CPC	1537
1.6.	Matérias arguíveis na apelação	1537
1.7.	Sistemática de interposição e requisitos	1538





1.8.	Processamento da apelação: decisões unipessoais ou julgamento colegiado	1539
1.9.	Efeitos da apelação	1541
1.9.1.	Efeito suspensivo	1541
1.9.2.	Efeito devolutivo e julgamento da causa madura	1544
1.10.	Inovação recursal (CPC, art. 1.014)	1547

2 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

2.1.	Síntese das leis reformistas anteriores	1549
2.2.	Cabimento do agravo de instrumento	1550
2.3.	Hipóteses taxativas de cabimento	1553
2.4.	Forma de interposição	1557
2.5.	Comunicação da interposição no juízo de origem	1561
2.6.	Processamento do agravo de instrumento	1563
2.7.	Julgamento colegiado	1565

3 – AGRAVO INTERNO

3.1.	Cabimento (CPC, art. 1.021)	1567
3.2.	Processamento e requisitos	1569
3.3.	Julgamento	1570

4 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

4.1.	Cabimento	1573
4.2.	Interposição e processamento	1576
4.3.	Julgamento	1577
4.4.	Embargos de declaração e recurso subsequente precipitado pelo adversário	1578
4.5.	Prequestionamento	1578
4.6.	Efeitos dos embargos de declaração	1581

5 – RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

5.1.	Origem, nomenclatura e natureza	1585
5.2.	Cabimento	1586
5.3.	Efeitos	1590
5.4.	Procedimento	1591

6 – RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

6.1.	Competência recursal extraordinária do Supremo Tribunal Federal e competência recursal especial do Superior Tribunal de Justiça	1593
6.2.	Cabimento do recurso especial	1594
6.2.1.	Alínea <i>a</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal	1595
6.2.2.	Alínea <i>b</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal	1600
6.2.3.	Alínea <i>c</i> , do art. 105, III, da Constituição Federal	1601
6.3.	Cabimento do recurso extraordinário	1603





SUMÁRIO

43

6.3.1.	Alínea <i>a</i> , do art. 102, III, da Constituição	1605
6.3.2.	Alínea <i>b</i> , do art. 102, III, da Constituição	1605
6.3.3.	Alínea <i>c</i> , do art. 102, III, da Constituição	1606
6.3.4.	Alínea <i>d</i> do art. 102, III, da Constituição	1606
6.4.	O princípio da primazia de mérito aplicável aos recursos excepcionais	1607
6.5.	A atribuição de efeito suspensivo aos recursos excepcionais (CPC, art. 1.029, § 5º)	1609
6.6.	Sistemática de interposição	1610
6.7.	Interposição conjunta de recurso especial e extraordinário	1614
6.8.	Julgamento do recurso especial e extraordinário	1619
6.9.	Repercussão geral	1622

7 – RECURSOS REPETITIVOS

7.1.	A técnica dos recursos excepcionais repetitivos	1627
7.2.	Processamento dos recursos repetitivos	1631
7.3.	Ampliação do debate	1634
7.4.	Consequências do julgamento	1636

8 – AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

9 – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

9.1.	Cabimento	1645
9.2.	Procedimento (CPC, art. 1.044)	1647

PARTE IX – MEIOS IMPUGNATIVOS AUTÔNOMOS

1 – DA AÇÃO RESCISÓRIA

1.1.	Objeto e finalidade	1651
1.2.	Ação anulatória	1652
1.3.	Hipóteses que dão ensejo à propositura de ação rescisória	1652
1.4.	Decisões rescindíveis que não versam sobre mérito	1653
1.5.	Legitimação para propositura	1653
1.6.	Requisitos específicos para sua propositura	1653
1.7.	Processamento	1654
1.8.	Efeitos do julgamento	1655
1.9.	Prazo decadencial para sua propositura	1655

2 – DA RECLAMAÇÃO

1.1.	A reclamação constitucional e o mecanismo impugnativo previsto pelo CPC de 2015	1657
1.2.	A evolução jurisprudencial em matéria de legitimidade para sua deflagração	1658
1.3.	Natureza jurídica da reclamação	1659





1.4.	O tratamento dispensado pelo CPC 2015	1661
1.5.	Hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 988 do CPC.....	1661
1.6.	O inciso III do art. 988 do CPC	1662
1.7.	O inciso IV, do art. 988, do CPC	1665
1.8.	Aspectos procedimentais	1666
1.9.	A cultura de respeito aos precedentes	1668

3 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO
EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

PARTE X – SISTEMA DE PRECEDENTES

1 – SISTEMA DE PRECEDENTES

1.1.	O ideário da segurança jurídica.....	1675
1.2.	A construção dos precedentes no direito comparado	1677
1.3.	Precedente e fundamento determinante	1682
1.4.	A opção estruturante do CPC 2015.....	1683
1.5.	Os precedentes de observância obrigatória	1685

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1689
---------------------------------	------

